

Reivindicações salariais: a prova de fogo

MÔNICA MAGNAVITA

Quando o novo Presidente assumir o Governo em março, a inflação estará, na hipótese mais otimista, em torno de 60%, conforme as previsões dos economistas do Instituto de Economia Industrial (IEI) da UFRJ. Reduzir essa taxa, ou evitar que suba ainda mais, será desafio que o novo Governo terá de enfrentar no dia seguinte ao da posse. Mas qualquer programa de estabilização que vier a ser adotado terá de se deparar com a primeira encruzilhada da próxima equipe econômica: administrar o impacto de reajustes salariais de 60% (no fim de março) dentro de um programa de estabilização que deverá ser adotado em abril.

Um novo pacto em torno dos salários será inevitável, no entender do economista Eduardo Modiano, da PUC carioca. Até porque os dois partidos, PT e PRN, já admitiram a necessidade de um acordo para viabilizar o plano de combate à inflação. Em outras palavras, os trabalhadores que se preparam, porque em 1990 os salários vão ter de arcar com algumas perdas, ainda que provisórias. Desatar esse nó górdio vai exigir do próximo Presidente muito mais diplomacia e tato do que propriamente conhecimentos de teoria econômica, conforme alertam os economistas do IEI.

A questão é que é impossível compatibilizar o impacto das correções salariais de 60% (inflação estimada para março) sobre a economia com um programa que deverá reduzir as taxas em abril, ponderam economistas do IEI. Modiano reconhece a inviabilidade de conjugar as duas coisas, mas ressalta que a inflação de março não pode ser esquecida, como ocorreu nos planos Bresser (26% de junho) e Verão (70% de agosto).

Se ao baixar o pacote, o Governo fizer uma correção salarial pe-

la média (vide Planos Bresser e Verão) estará entrando em conflito direto com os trabalhadores e criando séria barreira ao êxito do programa. Um dos fatores fundamentais para o novo Governo será o apoio dos sindicatos mais fortes e de funcionários de estatais (que têm maior poder de mobilização).

No entanto, os discursos dos dois candidatos durante a campanha eleitoral têm sido exatamente o contrário. Ambos prometeram recomposições reais de salários e o fim das perdas de poder aquisitivo da população. Ainda que os programas não contemplem essas recomposições no primeiro ano de Governo, é difícil avaliar o jogo de cintura do futuro Presidente para explicar — e convencer — aos eleitores que na prática as coisas não serão exatamente assim.

Por essa razão, é certo que trabalhadores e Governo terão de se sentar à mesa em torno de uma negociação sobre a reposição dessa inflação, observa o Diretor do Departamento de Economia da PUC carioca, Eduardo Modiano. O que não pode, ressalta, é tentar esconder esses aumentos de preços, como ocorreu no passado. Os exemplos mostraram que esta tentativa de jogar a inflação residual para baixo do tapete acaba, na prática, sendo muito pior.

— Nos dois últimos planos, o que se viu foram recomposições desordenadas dessa inflação residual nos meses seguintes, o que serviu para pressionar ainda mais a inflação. Não adianta tentar esconder essa taxa, porque ela acaba sendo incorporada aos preços e salários numa etapa seguinte — observa Modiano.

Por isso, ele observa que o novo Governo terá de negociar uma recomposição gradual dessa inflação, possivelmente em duas ou três parcelas nos meses seguintes, para evitar pressões futuras sobre salários e preços.



Queda do salário-mínimo real em 1989

Para dezembro de 1989 e janeiro de 1990 foram estimadas taxas de inflação de 48% e 50%, respectivamente. Os cálculos utilizaram o IPC do mês seguinte e um aumento real de 3% ao mês, como determinou o Governo Sarney.

MÊS	VALOR NOMINAL	VALOR REAL *
Jan	54,37	54,37
Fev	63,90	60,22
Mar	63,90	56,15
Abr	81,40	65,02
Mai	81,40	52,11
Jun	120,00	59,64
Jul	149,80	57,57
Ago	192,80	54,53
Set	249,48	51,25
Out	381,73	55,44
Nov	557,33	54,70
Dez	788,18	51,57

FONTE: Eduardo Modiano

* esta coluna mostra o poder de compra em valores de janeiro de 1989